

A PROLETARIZAÇÃO MASCARADA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Ivana Pinto Ramos

Universidade Federal de Goiás - ivanapramos@gmail.com

Resumo: O presente artigo constitui-se uma revisão bibliográfica sobre o tema profissionalização docente, discutindo as funções político-ideológicas inculcadas no conceito de profissionalização da política de formação docente, que remete a ideia de excelência, mérito, competência, competitividade e produtividade, imposto pelos sistemas educacionais que seguem as orientações dos organismos internacionais, um discurso sedutor que parece positivo para encobrir uma finalidade perversa. A análise está embasada no seguinte referencial teórico: Souza (2014), Magalhães (2014), , Contreras (1999;2002), Gomide (2010), Shiroma e Evangelista (2003;2004)), Chauí (2003), Arnoni (2012), Frigoto (1996), Saviani (2013) e outros. . Os organismos internacionais, com seu discurso humanista e assistencialista, articula e manipula os países da América Latina, “plantando” na educação brasileira as “sementes” do capitalismo, através da lógica produtivista e de profissionalização, enfraquecendo a educação e os professores, com uma política de formação cada dia mais precarizada.

Palavras-Chave: Profissionalização. Proletarização. Trabalho docente

Contexto político ideológico da profissionalização docente

Para a compreensão do processo de profissionalização e o ideal político ideológico que está contido nele, é importante contextualizar as políticas neoliberais e seu impacto na educação e, conseqüentemente, na formação de professores. Para isso, recorremos a Chauí (2001) que faz uma reflexão sobre o neoliberalismo, marcando seu início com a crise do capitalismo no início da década de 1970. Neste período, o capitalismo passou por uma situação de baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, causada pelo forte poder dos sindicatos e dos movimentos operários que exigiram aumentos salariais e aumento dos encargos sociais do Estado, desencadeando o aumento desenfreado da inflação. Era preciso restabelecer a hegemonia do capital, contendo gastos sociais, afastando o Estado da regulação da economia, investindo em privatizações, enfraquecendo os sindicatos, através da restauração da taxa de desemprego, formando um exército de reserva. Desta forma, criou-se o modelo político da acumulação do capital.

Os princípios neoliberais excluem o conceito de luta de classes, os fundos públicos voltam se para o capital, não para o social, através da contenção dos gastos com o público e incentivo aos investimentos privados, ampliando os programas de privatizações. O trabalho é visto como mercadoria humana e não humana, aumentando o desemprego, a rotatividade de mão de obra, a desvalorização do trabalho e fetichização da mercadoria. O capitalismo passa a ser o regulador do mercado e de políticas, através da transnacionalização da economia, movida e controlada pelos organismos internacionais (BM, FMI, OCDE, etc.). A ciência e a tecnologia tornam se forças produtivas submetidas a lógica e ideologia neoliberal (CHAUÍ, 2001)

Gomide (2010), faz uma reflexão sobre a situação econômica e social do Brasil neste período, destacando as políticas que marcaram e mudaram os rumos da educação. Em 1990, foi realizada a conferência de Jomtien na Tailândia, um marco histórico para as políticas educacionais na América Latina, a Conferência Mundial de Educação para Todos, publicada pela UNICEF em 1991, priorizando a educação básica para crianças, jovens e adultos. Em 1993 essa política foi reafirmada, pela UNESCO, através da Conferência de Nova Delhi, os nove países em desenvolvimento signatários desta declaração, dentre eles o Brasil, reiteraram o compromisso de atingir as metas, definidas em 1990, com o objetivo de “obtenção da meta global”.

O processo de elaboração e condução da Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado, seguindo os ideais neoliberais, diminuindo sua responsabilidade, garantindo a obrigatoriedade e gratuidade somente para o ensino fundamental, conforme orientação dos organismos internacionais. No ano de 2000, ocorreu a Conferência de Dakar, que avaliou os resultados das conferências anteriores e redefiniu prazos e metas, reconhecendo que muitas lacunas persistiam. Esse documento também destaca a qualificação dos professores como fundamental para a melhoria da qualidade da educação, conforme os moldes previstos nas reformas educacionais adotadas. (UNESCO, 2000)

Impulsiona-se, neste período o projeto neoliberal na educação, através da exploração do trabalho, estimulando a competitividade, a eficiência, a competência, a excelência, a equidade e autonomia, através de um modelo de flexibilização. Nas orientações da UNESCO para a formação de professores, foram definidas mudanças nos currículos dos cursos de formação; adoção de modernas tecnologias e flexibilização da metodologia; incentivo à privatização da formação; a diminuição do tempo e da qualidade epistemológica dos conteúdos (GOMIDE, 2010).

Uma gama de funções que sobrecarregam o professor, impondo-lhe responsabilidades que vão além da docência, seguindo o modelo tecnicista de flexibilização. O

discurso de profissionalização, competência e qualidade é sedutor, parece positivo, porém carrega uma finalidade perversa. Observa-se neste contexto, que as avaliações, sob uma perspectiva integradora, como meio de reparar problemas relacionados ao ensino aprendizagem, como concepção diagnóstica, adaptada para as diferenças regionais, perdem lugar para os rankings, priorizando resultados, através de processos avaliativos em larga escala. Desta forma, o responsável pelo fracasso ou sucesso escolar é o professor.

A avaliação afere, ademais, o grau de incorporação do projeto governamental pelo professorado. A partir dos indicadores que ela oferece, torna-se possível responsabilizar o professor por tarefas para as quais não foi preparado, estruturar o discurso da competência para colocá-lo na ilusão de que pode escolher: ou investir em sua profissionalização, formação continuada, ampliando seu rol de competência, ou enquadrar-se em outra lista, a dos incompetentes. (SHIROMA; EVANGELISTA, 2003, p.15)

Nos moldes de qualidade e competência, fracasso ou sucesso, a educação é enquadrada nos modelos empresariais, seguindo padrões de gestão e eficiência, transformando a educação em uma grande empresa. Neste contexto, a expressão formação de professores, pode ser considerada no sentido de ação de formar, de moldar, adaptar a um sistema imposto. Metaforicamente falando, seria “moldar para caber na fôrma”, seguindo critérios pré-estabelecido pelas políticas educacionais, “orientadas” pelos organismos internacionais. Sob essa perspectiva o professor é incentivado a refletir sobre os problemas de sua prática pedagógica e, a partir dela, buscar a resolução dos problemas. Vivendo em constantes tensões através de reformas e políticas, como forma de controle da educação e conseqüentemente da formação do professor. Através proletarização mascarada de profissionalização docente, que desqualifica e desvaloriza o professor.

Magalhães (2014) em seu estudo sobre a profissionalização docente, afirma que a proletarização docente está diretamente ligada a um novo perfil de professor, o expert, adaptável a demanda das reformas educacionais e ao mercado, que aceita passivamente perder sua autonomia. Um professor “multitarefa” que acredita ser necessário desenvolver todas as tarefas que lhe são postas (MAGALHÃES, 2014, p. 126). Estimulado e reconhecido pela produtividade controlada através dos processos hegemônicos de regulação.

Sobre a proletarização docente, afirma-se contraditoriamente que esse processo liga-se a construção do novo perfil de professores: o de expert, de competente tecnicamente, aquele que sustenta suas ações preocupado em atender as demandas do mercado, com suas produções, avaliações e recompensas. Isso ocorre porque esse profissional se “retroalimenta”, ou seja, ele mesmo deve providenciar a especialização de seus conhecimentos; contudo, sem meios para se

adequar as constantes exigências mercadológicas, acaba por reforçar paradoxalmente a proletarização docente. (MAGALHÃES, 2014, p. 120)

Profissionalização: mercantilização da educação

Vivemos em um contexto neoliberal em que a máquina do capital move a sociedade de forma cada vez mais acelerada e veloz. A globalização; a revolução tecnológica, sustentadas por políticas ideológicas autoritárias que produzem, cada dia mais, a desigualdade social, historicamente construída. “Nos deram espelhos e vimos um mundo doente”. Lembrando o trecho da música “Índios”, composta por Renato Russo¹, como crítica ao processo de colonização europeia, que estabeleceu as primeiras relações de comércio. Os colonizadores europeus, trouxeram espelhos e outros objetos para trocar com os índios, por ouro e outras riquezas naturais do Brasil. E esse sistema contaminou o “novo mundo”.

“Vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido”, como afirma Santos (2001), que analisa esse processo de globalização como perversidade e como nova possibilidade. Através do progresso das ciências e das técnicas, que apresenta um mercado avassalador, que se mostra capaz de homogeneizar o mundo, quando na verdade, faz crescer cada dia mais as diferenças sociais, o consumismo, a serviço de “atores hegemônicos” que distanciam cada dia mais o sonho de uma cidadania universal.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2001, p. 20)

Esses comportamentos competitivos que fazem girar os motores da mais-valia que compõe a máquina do capital; que demanda mais ciência; mais tecnologia; maior organização e qualificação para manter-se à frente na corrida, chega também a educação. A cobrança por resultados, por mais produção, presente nas políticas públicas, desde a educação básica até o ensino superior.

¹ **Índios** é uma Canção composta por Renato Russo em 1986, faz parte do CD “Dois” da Banda Legião Urbana. O título original inclui aspas, por se tratar de uma palavra que não está em seu sentido literal. Fonte: <http://www.renatorusso.com.br/produtora/>

Quando, na universidade, somos solicitados todos os dias a trabalhar para melhorar a produtividade como se fosse algo abstrato e individual, estamos impelidos a oferecer às grandes empresas possibilidades ainda maiores de aumentar sua mais-valia. Novos laboratórios são chamados a encontrar as novas técnicas, os novos materiais, as novas soluções organizacionais e políticas que permitam às empresas fazer crescer a sua produtividade e o seu lucro. (SANTOS, 2001, p. 31)

O Projeto de Educação proposto no documento para a América Latina e Caribe (PROMEDLAC,1993), estabelece a profissionalização como estratégia técnica e política para amenizar os problemas educacionais, também sociais. Tornando-se uma preocupação em vários países, inclusive o Brasil. Para iniciarmos essa temática, é importante abordarmos o conceito de profissão e seus derivados, para buscarmos a compreensão das implicações desse termo no contexto da educação.

Buscando a etimologia da palavra, profissão tem sua origem do latim *profissiōnis*, do radical *professum*, exercer um mister (ofício), atividade para a qual um indivíduo se preparou e que exerce ou não, trabalho que uma pessoa faz para obter os recursos necessários à sua subsistência e à de seus dependentes, ocupação, ofício². Desse radical, derivam também os termos: profissional, profissionalismo, profissionalização, profissionalizante, profissionalizar.

O termo profissionalização vem carregado de significação e ideologia, estimulando a competição entre classes e a remuneração por produtividade na esfera educacional, modificando significativamente o cotidiano nas instituições educativas. Aliado a essa ideologia surgem novos termos que não faziam parte desse contexto, mas que aparecem para justificar e reforçar essa ideia. São eles: a competência, o mérito, a excelência a produtividade e a de maior destaque: a qualidade.

Shiroma (2003) discute as funções político-ideológicas exercidas pelo conceito de profissionalização da política de formação de professores para a educação básica no Brasil, elaborada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O termo profissionalização, foi eleito o conceito chave da reforma educacional na América Latina nos anos de 1990, aparece como um “vocábulo positivo” que alicerçam o discurso reformador, o termo

² HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

“profissional” alude às noções de competências, credenciais, autoridade legitimada por um conhecimento específico e autonomia para exercer um ofício; remete à experiência prática e altos salários. No senso comum, ao qualificar um trabalho de “profissional” se está elogiando e atribuindo um juízo de valor segundo o qual aquele é um bom trabalho. (SHIROMA, 2003, p.66)

Contreras (1999) afirma que o termo profissionalização atuou como um slogan que remete a uma “aura positiva”, que delega a autoridade legitimada por um conhecimento específico, com formação superior, preferencialmente, em instituição credenciada. Isso confere um status estabelecido por meio de um plano de cargos e salários, um conselho regulamentador que credencia e dá direito ao exercício profissional, inclusive na docência.

Com a desculpa da ineficiência da má qualidade na educação, foi imposto um conjunto de reformas, com o projeto neoliberal que visa a eficiência, a qualidade e a produtividade, nivelando a escola a uma empresa, reguladas pelas políticas dos órgãos internacionais, com o discurso de eficácia e qualidade na educação. Esse processo de mercantilização da educação e “empresariamento” das instituições públicas gera competição entre os pares e entre instituições de ensino, remodelando o sistema e as funções, desta forma, o professor ganha uma nova “roupagem” a de “professor-profissional” (SHIROMA, 2004, p. 4). Aplica-se ao professor a condição de realizar múltiplas atividades, inclusive algumas que vão além das tarefas da educação.

Cabe a esse “professor profissional”, a responsabilidade de responder prontamente e resolver diferentes problemas do cotidiano escolar. Segundo Magalhães (2014), ele adquire um novo perfil: “o *expert*”, que é tecnicamente competente e que atende as demandas do mercado.

Em resposta surge o professor *expert*, o desejado pelas reformas educacionais, pois é dado à competição, à segmentação da categoria, sendo adaptável, responsivo, flexível, controlável, que aceita passivamente perder sua autonomia no que toca aos objetivos e ao sentido de sua ação. O discurso da competência, de sua *expertise*, dá-lhe a ilusão de que ao enquadrar-se nos desígnios da profissionalização, ampliará seu rol de habilidades, e estará, de modo automático, na lista dos mais eficazes, dos mais produtivos. (MAGALHÃES, 2014, p.130)

Essa proletarização docente, mascarada de profissionalização, vem como exigências do sistema capitalista, da sociedade globalizada e geradora de serviços e produtos. Estes, divulgados através das avaliações, estabelecidas desde as séries iniciais até a pós-graduação, como formas de regulação dos organismos internacionais.

A intenção é formar o professor para valorizar a prática através da “intervenção oficial, ação direta, vertical na sua prática educativa, considerando-o um aplicador de manual didático” (ARNONI, 2012, p.62). Tudo vem pronto, é só aplicar, para não correr o risco de fugir do estabelecido e do controle, o professor não precisa pensar, só ação sem reflexão. A exaltação da prática e a desqualificação da teoria, como podemos perceber nos currículos dos cursos de licenciatura, com o aumento no número de horas práticas, e o projeto de implantação da residência pedagógica. Valorizando a atuação prática do professor como índice de “qualidade na educação”.

A educação no Brasil, volta-se cada dia mais ao desenvolvimento de conhecimentos, concepções e habilidades, relacionadas aos interesses do capitalismo, aos interesses das classes sociais majoritárias, reduzida ao economicismo, como fator de produção, estabelecidas pelas relações de poder, preparando “recursos humanos” (Frigoto,1996) para o processo de produção, disseminando a teoria do capital humano.

A ideia chave é de que há um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomando como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual. (FRIGOTTO, 1996, p.41)

A educação entendida como investimento em capital humano, que habilita as pessoas para a competição nos diferentes graus de escolaridade, sem entretanto, lhes garantir emprego, pelo fato de que não há emprego para todos, incitando a competição. A concepção produtivista na educação, iniciada em 1960, com adesão a teoria do capital humano, que alcança seu ápice em 1990, assumindo a forma de “neoprodutivismo”, é chamada por Saviani (2013) de “pedagogia da exclusão”: “trata-se de preparar o indivíduos para, mediante sucessivos cursos, dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos”. (SAVIANI, 2013, p.431)

A profissionalização atrelada a ideia do capital humano, fazem parte das políticas e reformas neoliberais, implementadas e executadas na educação, exigindo do professor mais “qualificação”, mais habilidades e uma quantidade maior de produções, são providências concretas para o exercício do controle político-ideológico sobre o magistério

Considerações Finais

Freire em suas colocações e teoria, que se mostram tão atuais, pondera sobre as “armadilhas” ideológicas que perpassam o discurso embutido nos documentos e legislação, alertando professores(as) para que não caiam nelas. “É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade, ao mesmo tempo em que nos torna “míopes” (FREIRE, 1996, p.125). A ideologia neoliberal, dificulta a percepção, a visão mais clara da verdade, distorcendo a realidade, fazendo com que a maioria da sociedade, inclusive os docentes, aceitem docilmente o discurso de qualidade, equidade e valorização das competências técnicas. Segundo Nóvoa (1995), a afirmação profissional dos professores se faz em um percurso cheio de lutas e conflitos, hesitações e recuos, por isso é preciso um olhar crítico, pois, nas últimas décadas vivemos a desprofissionalização ou proletarização dos professores.

Partindo da complexidade entre aparência e essência, o que é apresentado nos documentos e recomendações dos organismos internacionais e, que constituem as políticas públicas voltadas para a educação e formação de professores, percebe-se os sentidos discursivos presentes neles, remetem a falsa ideia de paz e de prosperidade. Os organismos internacionais, com seu discurso humanista e assistencialista, articula e manipula os países da América Latina, “plantando” na educação brasileira as “sementes” do capitalismo, através da lógica produtivista e de profissionalização, enfraquecendo a educação e os professores, com uma política de formação cada dia mais precarizada.

Como bem demonstrou Tello (2013), a maioria dos países latino americanos, estão marcados por continuidades neoliberais, mas, existe a possibilidade de ruptura, afinal, o ser humano é dotado de consciência historicamente produzida. Para isso, é preciso buscar as fontes, captar a essência e através da conscientização, buscar novas possibilidades.

Corroboramos com a ideia de Freire (1996) de que é preciso buscar a educação transformadora, e isso ocorre de forma dialética, nas relações sociais e culturais, no meio profissional, como forma de interação, conhecimento e conscientização. É preciso se unir em

defesa do posicionamento político, na luta pela transformação da sociedade, reforçando que o homem enquanto, ser histórico, é capaz de decidir e romper com o determinismo através da ética, combatendo toda forma de dominação e alienação.

Referências Bibliográficas

ARNONI, Maria Eliza Brefere. Mediação dialético-pedagógica e práxis educativa: o aspecto ontológico da aula. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís/ MA, jul/dez. 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro(RJ): Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. Políticas da UNESCO para Formação de Professores no Brasil: uma leitura da desqualificação da educação brasileira. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*. v. 5, n. 11, p. 107-126, 2010. Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq11/7_politicas_da_unesco_cp11.pdf. Acesso em: 08 abr. 2018.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Profissionalização docente no contexto da universidade pública: condução do professor à expertise. In: SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro, MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira (orgs.). *Poiésis e Práxis II: formação, profissionalização, práticas pedagógicas*. Goiânia: Ed. América; IFITEG, 2014. p.109-135

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: _____(org.). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1995. p.15-33.

PROMEDLAC. *Reunião do comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe*. Brasília: MEC, OREALC – UNESCO, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, E. Implicações da política de profissionalização sobre a gestão e o trabalho docente. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 113-125, 2004.

SHIROMA, E. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, M. C. M. (Org.). *Iluminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. v. 61-79.

SHIROMA, E. Política de profissionalização: aprimoramento ou desintelectualização do professor? *Intermeio*, Campo Grande, p. 64-83, 2003.

SHIROMA, E.; EVANGELISTA, O. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 525-545, 2004.

SOUZA, Ruth Catarina C. R. de; MAGALHÃES, Solange Martins O. (orgs). *Formação, profissionalização e trabalho docente: em defesa da qualidade social da educação*. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2016.

TELLO César. La profesionalización docente en Latinoamérica y los sentidos discursivos del neoliberalismo: 1990-2012. *Revista Interação - Formação, profissionalização docente e práticas educativas*. v. 38, n. 1, 2013.

Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/25130/15120>. Acesso em jun.2018

UNESCO. O docente como protagonista na mudança educacional. *Revista PRELAC*, n. 1, jun. 2005.

_____. *Educação para todos fazendo face aos nossos compromissos coletivos – Fórum Mundial de Dakar*, Brasília, DF: UNESCO, 2000. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicações/livros/educatodosdakar/mostra_padrao>. Acesso em: 17 jan. 2006.

_____. *Declaração de Nova Delhi sobre educação para todos*. 1993. Disponível em: <<http://nsae.acaoeducativa.org.br/portal/imagem/stories//declaracaonovadeli.pdf>>. Acesso

e

m

:

1

8

a

b

r

.

2

0